

Temas abordados nos grupos educativos de saúde sexual e reprodutiva: uma revisão integrativa

Themes addressed in educational groups of sexual and reproductive health: an integrative review

Temas abordados en los grupos educativos de salud sexual y reproductiva: una revisión integral¹

Carla Cardi Nepomuceno de Paiva², Alana Stephanie Esteves Villar³, Máira Domingues Bernardes Silva⁴, Nayara Araujo de Souza⁵ e Adriana Lemos⁶.

Como citar este artigo:

de Paiva CCN; Villar ASE; Silva MDB; et al. Temas abordados nos grupos educativos de saúde sexual e reprodutiva: uma revisão integrativa. Rev Fund Care Online. 2016 jul/set; 8(3):4872-4881. DOI: <http://dx.doi.org/10.9789/2175-5361.2016.v8i3.4872-4881>

ABSTRACT

Objective: to identify and analyze national scientific publications on sexual and reproductive health from the perspective of the educational group, according to the national guidelines that guide the practice. **Method:** this was an integrative review of scientific literature in the national data base of the Virtual Health Library in the period from July to August 2014, based on articles that focused on educational groups contraception. **Results:** among the 33 articles identified as inclusion and exclusion criteria, 10 were selected. The themes were diverse, as well as the population, however, few studies have focused on abortion, types of violence and gender, and other restricted to contraceptive methods and sexually transmitted diseases. **Conclusion:** there was a gap in the literature regarding the issues surrounding the topics covered in the educational practices of sexual and reproductive health and which is recommended by the directives, since such approaches disregard the needs of participants.

Descriptors: sexual and reproductive rights; health education; family planning.

¹ Pesquisa financiada pelos autores. Estudo não possui conflitos de interesse.

² Enfermeira mestranda do Programa de Pós graduação em Enfermagem da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO). E-mail: carlacardiuff@gmail.com (autor correspondente).

³ Enfermeira, mestranda do Programa de Pós graduação em Enfermagem da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO). E-mail: alanavillar@hotmail.com.

⁴ Enfermeira, Mestre, Fundação Oswaldo Cruz – FIOCRUZ. Rio de Janeiro (RJ), Brasil. E-mail: mairinhadbs@gmail.com.

⁵ Acadêmica de Enfermagem, bolsista IC/CNPq da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO). E-mail: nayara_souza06@hotmail.com.

⁶ Enfermeira, Professora Doutora, Programa de Pós Graduação em Enfermagem, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro/PPGENF/UNIRIO. Rio de Janeiro (RJ), Brasil. E-mail: adrianalemos@unirio.br.

RESUMO

Objetivo: identificar e analisar as publicações científicas nacionais sobre saúde sexual e reprodutiva na perspectiva do grupo educativo, segundo as diretrizes nacionais que orientam tal prática. **Método:** realizou-se uma revisão integrativa da literatura científica nacional na base de dado da Biblioteca Virtual de Saúde no período de Julho a Agosto de 2014, tendo como base artigos que versavam sobre grupos educativos de contracepção.

Resultado: dentre os 33 artigos identificados, conforme critérios de inclusão e exclusão, foram selecionados 10. Os temas eram diversificados, assim como a população, porém alguns estudos enfocaram aborto, tipos de violência e gênero, sendo que outros restringiram-se a métodos contraceptivos e doenças sexualmente transmissíveis. **Conclusão:** verificou-se lacunas na literatura no que tange às questões que envolvem os temas abordados nas práticas educativas de saúde sexual e reprodutiva, e o que é preconizado pelas diretrizes, uma vez que tais abordagens desconsideram as necessidades dos participantes.

Descritores: direitos sexuais e reprodutivos; educação em saúde; planejamento familiar.

RESUMEN

Objetivo: identificar y analizar las publicaciones científicas nacionales sobre salud sexual y reproductiva desde la perspectiva del grupo de educación, de acuerdo con las directrices nacionales que guían la práctica.

Método: se realizó una revisión integradora de la literatura científica en la base nacional de datos de la Biblioteca Virtual en Salud en el periodo de julio a agosto de 2014, sobre la base de los artículos que se centraron en grupos educativos de anticoncepción. **Resultados:** entre los 33 artículos identificados de acuerdo con los criterios de inclusión y exclusión, 10 fueron seleccionados; los temas fueron diversos, así como la población, sin embargo, pocos estudios se han centrado en el aborto, los tipos de violencia y género, y otros restringidos a los métodos anticonceptivos y las enfermedades de transmisión sexual. **Conclusion:** existe un vacío en la literatura en relación con las cuestiones relacionadas con los temas tratados en las prácticas educativas de la salud sexual y reproductiva y que es recomendado por las directrices, ya que tales enfoques ignoran las necesidades de los participantes.

Descriptor: derechos sexuales y reproductivos; educación en salud; planificación familiar.

INTRODUÇÃO

Em 1984, após a intervenção do movimento social e feminista reivindicando mudanças e ampliação das políticas de saúde da mulher, foi elaborado pelo Ministério da Saúde (MS) o Programa de Assistência Integral à Saúde da Mulher (PAISM). Este programa, reconhecendo as necessidades de saúde das mulheres, propôs ofertar atendimento para a promoção de sua saúde por meio de ações educativas nos serviços de saúde, de forma que a mulher tenha conhecimento e autonomia acerca do seu corpo, da sua saúde e da sua sexualidade.¹ Assim, o PAISM possibilitou a reorientação da atenção à saúde da mulher, rompendo com a assistência restrita ao binômio mãe e filho e passando a considerar o que conhecemos hoje como direitos humanos sexuais e reprodutivos.²

O Sistema Único de Saúde (SUS), elaborado em 1986, garantiu a saúde enquanto direito previsto na Constituição Federal de 1988, modificou a essência das relações entre os setores da sociedade, além de eleger entre os seus princípios norteadores a participação popular, a autonomia e o desenvolvimento da cidadania.³ Logo, com a implantação do SUS, a educação em saúde tornou-se uma estratégia importante para alcançar a transformação social, pois estava relacionada de modo intrínseco às manifestações sociais, que foram também alvo da equipe de saúde para a reorientação das práticas de saúde mediada pelo cotidiano e o saber da saúde.⁴

Em 1994, a implantação da Estratégia Saúde da Família (ESF) nas Unidades de Atenção Primária à Saúde, proposta pelo MS, teve como objetivo nortear as ações para a promoção da saúde através das práticas educativas, que, quando integradas ao contexto da prática social, são denominadas educação popular em saúde.⁵

Em 12 de janeiro de 1996, o Congresso Nacional aprovou a Lei nº 9.263, reafirmando o direito do cidadão ao acesso ao planejamento familiar, definido no seu Artigo 2º como “o conjunto de ações de regulação da fecundidade que garanta direitos iguais de constituição, limitação ou aumento da prole pela mulher, pelo homem ou pelo casal”.⁶ Portanto, esta legislação, além de dar respaldo às ações dos profissionais, orienta a respeito de aspectos relativos à fertilização cirúrgica e outros determinantes vinculados ao tema, englobando a mulher, o homem e o casal como protagonistas da promoção da sua saúde sexual e reprodutiva.

A saúde sexual abrange o direito de “expressar a sexualidade com liberdade de forma segura e saudável, sem nenhum tipo de coerção”, mas também se refere ao acesso à educação sexual durante toda a vida.⁷ A saúde reprodutiva leva em conta a autonomia do casal para decidir sobre o controle da natalidade e o planejamento reprodutivo, como também o direito à escolha livre e informada sobre métodos para contracepção e concepção, sendo considerados como direitos constitucionais.⁷

Para facilitar o desenvolvimento das ações relativas à saúde sexual e reprodutiva, o MS elaborou o “Manual Técnico de Assistência em Planejamento Familiar”, que traz um capítulo destinado à atuação dos profissionais de saúde na assistência à anticoncepção, de forma a contemplar nesta ordem: atividade educativa, aconselhamento e atividade clínica.⁸

A atividade educativa é realizada por meio de grupos educativos; o aconselhamento é um momento individual com a mulher, o homem ou ambos, em que o profissional de saúde deve orientá-los quanto ao uso de métodos contraceptivos e atender as necessidades que não foram supridas no grupo educativo. Por fim, na atividade clínica, o profissional deve atentar para particularidades da saúde de modo integral, solicitar exames laboratoriais, encaminhamentos, orientar sobre a realização do teste anti-HIV, da consulta ginecológica, da mamografia e de outras necessidades relacionadas à saúde de forma geral, e à contracepção ou concepção. Nesta

fase do atendimento, o profissional oferta o método ao usuário e agenda a próxima consulta com o intuito de avaliar sua adesão ao método escolhido.⁸

Assim, a atividade educativa proposta pelo PAISM é assegurada pela diretriz do planejamento familiar, tendo como propósitos ofertar informações e esclarecer dúvidas de uma forma que problematize o exercício da sexualidade, da fisiologia da reprodução, da regulação da fertilidade, das questões ligadas ao gênero, da utilização dos métodos contraceptivos e conceptivos, da prevenção das doenças sexualmente transmissíveis (DST), dos riscos do aborto provocado. Outros temas também devem ser abordados, como aqueles que vão ao acordo das necessidades dos participantes, que devem “propiciar o questionamento e a reflexão sobre os temas relacionados com a prática da anticoncepção, inclusive a sexualidade”.⁸⁻¹¹

Porém, mesmo com as ações educativas preconizadas para o atendimento e promoção da saúde sexual e reprodutiva, estudos apontam que os grupos educativos de direitos sexuais e reprodutivos atualmente estão sendo reduzidos à abordagem informativa sobre a contracepção. Essa orientação não contempla os temas importantes referentes às implicações sociais de “classe, raça/etnia, gênero, geração, em que se resgata a relação entre o cotidiano e o contexto global”.³⁻⁶⁻⁷⁻⁹

O manual elaborado pelo Ministério da Saúde, intitulado “Planejamento Familiar: manual para o Gestor”, como também o “Caderno de Atenção Básica nº 26”, que versam sobre a saúde sexual e reprodutiva, consideram que os profissionais que coordenam o grupo de direitos sexuais e reprodutivos devem abordar de forma clara, simples e reflexiva, os seguintes temas: crenças e valores sobre sexualidade e planejamento familiar (mitos, tabus, preconceitos); conceito de planejamento familiar; noções de anatomia e fisiologia da reprodução; apresentação e caracterização dos métodos contraceptivos; informações sobre câncer de colo uterino, DST/HIV e detecção precoce do câncer de mama. Ainda, tais profissionais devem valorizar os interesses e necessidades dos participantes de modo que tenham assistência no que tange à infertilidade, mas também podendo manifestar seus sentimentos.^{8,10}

A despeito de sua relevância, a literatura aponta que os coordenadores dos grupos educativos seguem as instruções desses manuais. Todavia, não se pode afirmar que seja uma realidade comum a todos os serviços, pois ainda assim é evidente a redução da abordagem do grupo educativo às questões da fisiologia do aparelho reprodutor e distribuição dos métodos contraceptivos.¹¹

Além desta prerrogativa, é preciso considerar que temas como o universo da sexualidade, gênero e questões reprodutivas, estão em constante mudança por serem reflexos temporais e culturais de uma população.¹² Assim, mediante a evolução tecnológica, os aspectos culturais e as novas formas de construção social, faz-se pertinente refletir sobre quais temas, no que concerne à saúde sexual e reprodutiva, estão sendo discutidos nos grupos educativos oferecidos

nos Serviços de Saúde. É de suma importância considerar aqueles propostos pelos citados manuais, como também acolher as dúvidas e propostas de temas dos participantes desses grupos, de maneira que o conhecimento construído tenha potencial para estimular o autocuidado e, consequentemente, oportunizar a melhora nas condições de saúde.¹²

Os objetivos do presente estudo foram: identificar e analisar as publicações científicas nacionais sobre saúde sexual e reprodutiva na perspectiva do grupo educativo, segundo as diretrizes nacionais que orientam tal prática.

MÉTODOS

Este estudo caracteriza-se como uma revisão integrativa da literatura, no que se refere aos temas abordados nos grupos educativos que buscam promover a saúde sexual e reprodutiva de mulheres e homens. A revisão sistemática da literatura é utilizada para encontrar um consenso sobre algum tema específico e sintetizar o seu conhecimento.¹³

Para elaborar a revisão integrativa, foram seguidas criteriosamente as seis etapas metodológicas descritas a seguir: na primeira, foi feita a eleição do tema que precede a elaboração da questão norteadora; na segunda, definida pela seleção dos critérios de inclusão e exclusão, teve início a busca exaustiva nas bases de dados, para triagem dos artigos; na terceira, foram organizadas as informações encontradas nos artigos, sendo recomendável a elaboração do instrumento em software com as variáveis a serem analisadas na pesquisa; na quarta, foi realizada a avaliação dos artigos de modo crítico e observador, quando ocorreu a seleção ou o descarte do artigo segundo os objetivos do estudo. Já na quinta etapa, os artigos selecionados foram interpretados pelo pesquisador, e com base na leitura teórica do tema em questão, foi feita a classificação do mesmo segundo o nível de evidência. Neste momento, é possível realizar propostas para futuras pesquisas e/ou refutar resultados. Na sexta e última etapa, fez-se a apresentação da revisão propriamente dita, que corresponde à elaboração do documento descritivo das etapas realizadas, e dos resultados encontrados.^{14,15,16}

A primeira etapa teve início a partir da seguinte pergunta norteadora da pesquisa: quais são os temas abordados em grupos educativos sobre saúde sexual e reprodutivas nas publicações nacionais? Considerando a referida questão, foram selecionados os seguintes descritores em ciências da saúde (DeCS), segundo a terminologia em saúde na Biblioteca Virtual de Saúde (BVS): direitos sexuais e reprodutivos; educação em saúde e planejamento familiar. Para sistematizar e otimizar a busca, optou-se por usar o seguinte esquema dos operadores booleanos: “planejamento familiar” AND “educação em saúde”; “direitos sexuais e reprodutivos” AND “educação em saúde”; “Direitos sexuais e reprodutivos” AND “Planejamento Familiar”.

Na segunda etapa, com os descritores escolhidos, iniciou-se a seleção dos artigos divulgados na BVS, no período entre julho e agosto do ano de 2014. Nesta fase, foram uti-

lizados como critérios de inclusão: publicações nacionais com textos completos disponíveis, uma vez que a leitura do artigo na íntegra contribui para que o objetivo da pesquisa seja alcançado com maior precisão; e estudos que tivessem como população alvo os usuários dos serviços de saúde, uma vez que os grupos educativos são ofertados a esse público. Foram escolhidas as bases de dados nacionais, por se tratar de tema inserido em uma política nacional, como também estudos publicados após o ano de 1984, tomando por base a implementação das ações educativas propostas pelo PAISM, sendo delimitado tal período até o ano de 2014. Finalmente, foram excluídos os artigos que não apresentaram relação com a temática 'saúde sexual e reprodutiva' e os repetidos, publicados em mais de uma base de dados.

Os dados coletados foram expostos, primeiramente, por percentual estatístico através do programa de computador *Excel* (versão 2007), no qual foi feita também a classificação dos estudos, segundo os sete níveis do sistema de classificação de evidência, que confere os seguintes níveis de evidência: 1 - estudos controlados e randomizados; 2 - ensaio clínico randomizado e controlado; 3 - estudos controlados e não randomizados; 4 - estudo de caso-controle ou coorte; 5 - estudos qualitativos ou descritivos; 6 - estudos descritivos e qualitativos; e por último, 7 - estudos provenientes de opinião de especialistas.^{15,16}

A revisão integrativa é, atualmente, o método mais utilizado na prática baseada em evidências, uma vez que estimula a utilização dos resultados de pesquisas na assistência à saúde, além de possibilitar a implementação das evidências na prática clínica.¹⁷

Foram encontrados 30 artigos e 3 teses completos disponíveis na base de dados da BVS, que correspondiam aos descritores: direitos sexuais e reprodutivos e educação em saúde. Depois de lidos os resumos dos mesmos e empregado os critérios de inclusão e exclusão, somente 5 foram selecionados. Pois, os 28 estudos não correspondiam à saúde sexual e reprodutiva sob a perspectiva do grupo educativo.

Com os descritores planejamento familiar e educação em saúde foram encontrados 31 artigos completos, sendo que destes, vinte e três não tinham relação com o objetivo do estudo, dois estavam repetidos e os outros dois foram excluídos por serem pesquisas de cidades da Espanha - uma vez que as questões desta pesquisa envolvem uma política nacional. Logo, foram excluídos 27 artigos correspondentes a tais descritores. Assim, a amostra final com estes descritores foi composta por quatro artigos.

Utilizando o descritor de planejamento familiar com direitos sexuais e reprodutivos foram encontrados três artigos, sendo descartados dois por não estarem disponíveis e um por ser um livro. Com tais descritores foi selecionado somente um artigo.

Ao final da triagem dos estudos baseados nos critérios de inclusão e exclusão, foi selecionado o total de 10 publicações científicas que assinalaram os temas abordados nos grupos educativos de saúde sexual e reprodutiva. As publicações

foram analisadas por meio da leitura integral, sendo aplicada a descrição das seguintes variáveis selecionadas para análise no estudo: título do artigo, título do periódico, estado, ano de publicação, tipo do estudo, tema da saúde sexual e reprodutiva abordado e nível de evidência, segundo o delineamento da pesquisa. Estas variáveis foram organizadas em um instrumento criado pelos autores, com base em instrumento divulgado por pesquisadores que são referência na utilização desta metodologia.¹⁵

RESULTADOS

Após reunir as informações presentes nas bases de dados nacionais, que discutem a saúde sexual e reprodutiva sob a perspectiva da educação em saúde, foram inseridos no estudo 10 artigos. Destes, 30% foram publicados em 2007 e 2012; posteriormente, dois artigos em 2009 (20%); e o restante em 2011 e 2013, não sendo encontrada publicação em 2014. A maioria dos artigos (80%) foi publicada em periódicos da área de enfermagem e dois artigos, em periódicos de psicologia, o que pode ser explicado devido ao fato de a enfermagem ser mais atuante no que tange às práticas educativas. Todavia, estudo realizado apontou que as assistentes sociais são as que mais participam ou realizam as práticas educativas entre os profissionais de saúde, fenômeno este que sugere a necessidade de reorganização das práticas educativas, de modo que a mesma seja realizada por todos profissionais.¹⁸

Quanto ao local de realização da pesquisa, apesar de ter sido diversificado, houve predominância nos estados das regiões Sudeste (40%), Sul (30%) e Centro Oeste (20%) (Quadro 1). No que tange à metodologia dos estudos, observou-se que em grande parte (80%) eram relatos de experiência correspondendo ao nível de evidência 5, e somente dois estudos eram descritivos e qualitativos, sendo equivalentes ao nível de evidência 6.

Quadro 1: distribuição da porcentagem de artigos relacionados aos temas abordados nos grupos educativos sobre saúde sexual e reprodutiva, segundo ano de publicação, local do estudo, área do conhecimento, metodologia e do nível de evidência

Variável	Número de artigos	Porcentagem %
Ano de publicação		
2007	3	30
2009	2	20
2011	1	10
2012	3	30
2013	1	10
Total	10	100
Local da pesquisa		
Sudeste	4	40
Sul	3	30
Centro Oeste	2	20
Nordeste	1	10
Total	10	100

Variável	Número de artigos	Porcentagem %
Área do Periódico		
Enfermagem	8	80
Psicologia	2	20
Total	10	100
Metodologia		
Estudo descritivo, com abordagem qualitativa	2	20
Relato de experiência	4	40
Pesquisa qualitativa	4	40
Nível de evidência		
5	8	80
6	2	20

Com relação aos temas abordados nos grupos educativos que versam sobre a saúde sexual e reprodutiva, em dez artigos, apenas três (30%) trataram da explanação da anatomia e fisiologia dos órgãos reprodutores masculino e feminino; oito (80%) abordaram métodos contraceptivos, doenças sexualmente transmissíveis (DST) e Síndrome da Imunodeficiência Adquirida (AIDS); cinco (60%) enfocaram o tema sexualidade; três ressaltaram os direitos sexuais e reprodutivos; e quatro destacaram o planejamento familiar. Somente um estudo não classificou a contracepção de emergência dentro dos métodos contraceptivos. O público alvo dos estudos com maior representatividade foi representado por mulheres, adolescentes e profissionais de saúde (Quadro 2). Aponta a literatura que a existência do risco de exposição às DST e AIDS no âmbito das relações conjugais, a falta de diálogo entre o casal, a saúde reprodutiva não compartilhada e insegura, faz com que este tema não seja profundamente discutido na família.¹⁸ Assim, são temas que merecem destaque nos grupos, seja através da abordagem individual ou coletiva, uma vez que se busca a prevenção destes problemas.¹⁰

Destaca-se que os temas abordados nos dois grupos, voltados para adolescentes e descritos nos artigos de número 3 e 4, contemplam uma diversidade maior de assuntos correspondentes à sexualidade, gênero, opção sexual e orgasmo; porém, não dialogam sobre os exames para detecção do câncer de mama e útero. Já nos grupos educativos que tem como público alvo as mulheres, somente o artigo 10 destaca a abordagem sobre sexualidade.

Observa-se que o artigo número 8 retratou o aconselhamento do teste anti-HIV; os estudos 1 e 6 abordaram a violência sexual e o aborto; e os artigos 1, 3, 4 e 6 abordam questões de gênero. Somente os artigos 1, 3 e 6 descreveram temas relevantes para a promoção da saúde sexual e reprodutiva, que vão além dos propostos pelos manuais do Ministério da Saúde, referidos anteriormente (Quadro 2).

Quadro 2: distribuição dos resultados de artigos nacionais relacionados aos temas abordados nos grupos educativos sobre saúde sexual e reprodutiva e público alvo, de acordo com as obras publicadas na Biblioteca Virtual de Saúde no período de 1989 a 2014.

Número e Título do artigo	Público alvo da atividade educativa	Temas abordados
1. Adesão nos grupos educativos em contracepção em uma área programática do Rio de Janeiro	Profissionais de saúde	Anatomia; Fisiologia dos aparelhos reprodutores masculino e feminino; Métodos contraceptivos, DST; Sexualidade, Direitos sexuais e reprodutivos; Aspectos legais do planejamento familiar; Abuso sexual; Câncer de mama e Preventivo; Destaca sobre a discussão da consciência social da igualdade de gênero, respeito mútuo entre homens e mulheres e partilha dos homens no que tange à responsabilidade familiar e no planejamento familiar.
2. A participação masculina em grupos educativos de contracepção: o olhar da enfermagem	Enfermeiras	Fisiologia dos aparelhos reprodutores masculino e feminino, Métodos contraceptivos; DST.
3. Direitos sexuais e reprodutivos na escola: avaliação qualitativa de um estudo piloto	Adolescente Professores e Familiares vinculados a uma escola.	Primeira experiência sexual; Virgindade e ato sexual; Orgasmo e masturbação; Homossexualidade; Gravidez na adolescência; Métodos anticoncepcionais, Aborto; AIDS e DST; Autoconhecimento; Diversidade e diferença; Projeto de vida e gênero; Sexismo e heterossexismo; Direitos sexuais e reprodutivos e Habilidades sociais assertivas nas relações de gênero.
4. Programa de habilidades interpessoais e direitos sexuais e reprodutivos para adolescentes: um relato de experiência	Adolescentes	Identidade e a Resiliência, Habilidades Sociais; Manejo das Emoções; Gênero; Sexualidade; Direitos Sexuais e Reprodutivos.

Número e Título do artigo	Público alvo da atividade educativa	Temas abordados
5. Prevenção de doenças sexualmente transmissíveis e procura da contracepção de emergência em farmácias e drogarias do município de São Paulo.	Profissionais que trabalham em farmácias e drogarias	DST; Métodos contraceptivos; Concepção emergência; Uso do preservativo.
6. Os fatos & atos relacionados ao (difícil) exercícios dos direitos sexuais e reprodutivos: em recortes, os processos de viver de um grupo de mulheres de classes populares	Mulheres e mães.	Democracia; Cidadania; Igualdade de gênero; Desigualdade entre o papel materno e paterno; Violência de gênero, sexual; o dilema do aborto praticado.
7. Experiência dos Agentes Comunitários de Saúde em Doenças Sexualmente Transmissíveis	Agentes Comunitários de Saúde	Sexualidade; Anatomia e fisiologia dos órgãos sexuais feminino e masculino; DST e Aids; Planejamento familiar; Métodos contraceptivos.
8. As práticas educativas na prevenção do hiv/aids das usuárias da rede básica de saúde do Rio de Janeiro/ Brasil	Mulheres	Planejamento familiar; Métodos contraceptivos de barreira; AIDS e DST; Aconselhamento do teste anti-HIV.
9. Enfermagem e educação em saúde na atenção básica: uma experiência no bairro de Mãe Luíza, Natal - RN /	Adolescentes e Jovens	Sexualidade na adolescência; prevenção de uma gravidez indesejada; DST; Métodos contraceptivos; Planejamento familiar.

Número e Título do artigo	Público alvo da atividade educativa	Temas abordados
10. Processo de (re) construção de um grupo de planejamento familiar: uma proposta de educação popular em saúde	Mulheres	Saúde da mulher; DST; Prevenção de câncer de colo de útero; Métodos contraceptivos; Sexualidade, Saúde da família; Relacionamento conjugal; Cuidado com os filhos; Limites na educação com os filhos; Amor próprio e auto-estima; Temáticas são decididas em conjunto, emergem das necessidades, curiosidades e dúvidas do próprio grupo.

Diversidades e convergências de temas e público alvo desses grupos educativos de saúde sexual e reprodutiva podem ocorrer devido à inexistência de um documento específico para orientar e direcionar tal prática, uma vez que os manuais expõem de modo simplificado o significado da atividade educativa.¹¹

DISCUSSÃO

A prática educativa de saúde sexual e reprodutiva deve instrumentalizar os participantes dos grupos educativos, ofertando-lhes auxílio para o livre exercício do seu direito à saúde reprodutiva e sexual.^{10,18} Para tal concretização é preciso que os mesmos sejam espaços de troca de experiência, valorização, empatia, sigilo e cuidado na abordagem educativa. Este cuidado equivale a não reduzir o encontro a um momento informativo sobre métodos contraceptivos, apesar deste ser um dos motivos principais que levam os usuários a buscarem esse atendimento.¹⁸

Portanto, é necessário ampliar os assuntos que correspondem ao universo da saúde sexual e reprodutiva, visando oportunizar os debates nas atividades grupais, desde que valorizando as particularidades e necessidades do público alvo.^{10,12,19} Destaca-se que os estudos encontrados na pesquisa ditam novas regras que vêm modificando esta realidade, com a incorporação de outros temas como relacionamento humano, autonomia, amizade, família, cidadania, virgindade, doenças sexualmente transmissíveis, tipos de violência, conceito de saúde, visão de mundo, corpo, orientação sexual, auto conhecimento, câncer de mama e útero, planejamento familiar, paternidade, drogas, sexo, desigualdade de gênero, gravidez desejada ou indesejada, além dos sentimentos amor, preconceito, auto estima, entre outras questões que abrangem as necessidades dos participantes.^{8,10}

No que tange à temática do aborto, verifica-se que a mesma é pouco discutida na assistência educativa, embora o assunto esteja exposto nas demais políticas de saúde sexual e reprodutiva.^{8,10,20} A prática educativa, neste contexto, visa

possibilitar a reflexão sobre a sexualidade e a vida reprodutiva, buscando reduzir os danos causados por algum ato inseguro. A literatura científica afirma que grande parte das situações de abortamento inseguro podem ocorrer devido à falta de informação sobre métodos contraceptivos e seus efeitos, dificuldades de acesso aos métodos, falhas na sua utilização por falta de acompanhamento do método pelos Serviços de Saúde e pela falta de participação masculina na vida reprodutiva do casal.¹²

Logo, é possível destacar que as ações educativas em planejamento reprodutivo poderiam abordar em seus grupos temas como aborto, violência sexual e questões que abrangem a saúde de modo integral, pois, mais do que prevenir o aborto, homens e mulheres devem se apropriar do seu corpo e conhecê-lo, bem como suas necessidades e limitações.^{18,21}

Ainda vale destacar que grande parte do público alvo da prática educativa ainda é constituída pela população feminina e pelos jovens, fato também comprovado por outros estudos.^{2,11,18} Sendo assim, há necessidade de elaboração de estratégias para desmistificar o pensamento de que o grupo é feito só para as mulheres, pois os homens precisam conhecer o corpo das mulheres e o seu próprio corpo, além dos métodos contraceptivos, levando em consideração que o direito reprodutivo é tanto do homem como da mulher.^{24,10} Nesse sentido, a capacitação dos agentes comunitários de saúde pode se constituir em uma estratégia para qualificar a assistência à saúde sexual e reprodutiva.²⁹

Ratifica-se que nos estudos encontrados nenhum grupo educativo, com exceção dos grupos realizados para profissionais de saúde, contou com a participação de homens, o que gera o questionamento sobre a necessidade de ampliar a abordagem também para eles. Tal ampliação poderia promover o seu efetivo envolvimento nas ações, considerando e valorizando sua corresponsabilidade nas questões referentes à saúde sexual e à saúde reprodutiva.^{22,24} Estudos confirmam esta problemática, e sugerem que há pouca adesão ao planejamento familiar, o que faz com que o planejamento e o controle da fecundidade se tornem prerrogativas da mulher.^{21,24}

Logo, é pertinente a incorporação de temas que enfoquem a saúde reprodutiva dos homens, como: disfunções sexuais e seus mitos e verdades, prevenção e controle do câncer de próstata e de pênis, acesso à vasectomia, entre outros. Ainda, deve-se promover debates sobre conceitos de igualdade entre homens e mulheres e, por conseguinte, atender aos pressupostos dos que são ordenados pelo país.^{3,10,20} Nos estudos selecionados não foi mencionada nenhuma dessas temáticas, que corresponde a uma necessidade masculina e, portanto, do casal.³²

Outros temas que não foram descritos nos estudos dizem respeito à infertilidade e às técnicas de concepção, pois, além da política do planejamento familiar, os manuais preconizam também o atendimento para proporcionar a gravidez.^{3, 10,20} Pesquisa recente aponta que 72,9 dos municípios brasileiros não realizam assistência nos casos de infertilidade, o que mostra uma necessidade por reformular as práticas edu-

cativas para inclusão desse tema, buscando facilitar a assistência aos casais que optam por uma gravidez e apresentam problemas de saúde, entre outros fatores que impossibilitam uma gestação.²³ Sendo assim, estas mudanças necessárias à promoção da saúde sexual e reprodutiva dependem de como os profissionais e a equipe constroem suas práticas no contexto da atenção primária.³²

Diante deste contexto, vale destacar o valor das ações inovadoras de educação em planejamento familiar para os usuários do SUS, bem como a elaboração de pesquisas que visem conhecer a percepção do usuário frente à prática educativa da qual participa - além de ampliar os locais que ofertam essa assistência, pois, como foi visto nos estudos, algumas ações foram realizadas em escolas.^{7,25,26} Destaca-se que a prática educativa pode ser oferecida quando se têm interessados nela, independente do lugar ou do nome que a mesma receba, pois o grupo educativo de que trata o estudo referido foi realizado em uma comunidade pobre de Curitiba (PR) com mulheres, recebendo a denominação de Ciclo de Cidadania.²⁸

Considerando a importância dos temas retratados nos grupos educativos referentes à saúde sexual e reprodutiva na vida e saúde dos usuários das unidades de saúde, é pertinente que os profissionais valorizem a autonomia desses usuários, reconhecendo suas experiências, opiniões, medos, desejos e angústias sobre tais temas.⁷ Assim, dentre os artigos retratados, somente o de nº 10 captou esta premissa, respeitando a participação ativa dos usuários nas escolhas dos temas a serem abordados no grupo.³²

Ainda em relação ao grupo educativo, nenhum artigo trouxe explanação sobre a avaliação do grupo, o que leva a inferir que não é realizada avaliação alguma pelos participantes, tornando impossível fazer o *feedback* entre o que é oferecido e o que realmente foi eficaz, segundo as necessidades sexuais e reprodutivas apresentadas pelos usuários.²⁴

CONCLUSÃO

Os resultados encontrados neste estudo indicam a necessidade de novas pesquisas científicas acerca da saúde sexual e reprodutiva de homens e mulheres, mediante quatro perspectivas: (1) estudos que contemplem a elaboração de estratégias que visem promover a participação masculina nos grupos educativos de saúde sexual e reprodutiva, (2) estudo avaliativo sobre as ações educativas de saúde sexual e reprodutiva, (3) estudo sobre as necessidades sexuais e reprodutivas dos usuários a serem atendidas nas ações do planejamento reprodutivo, e (4) estudos com propostas de grupos para contracepção que abordem questões relacionadas com a infertilidade.

A escassez de publicações sobre as práticas educativas de saúde sexual e reprodutiva permite indagar sobre como esta assistência está sendo oferecida à população. Assim, deve ser estimulado a discussão sobre a temática, para que sejam fomentadas novas pesquisas em torno desta questão

que permeia todas as fases da vida do indivíduo, sendo parte integrante de sua saúde.

Sendo assim, as atividades educativas em saúde sexual e reprodutiva podem e devem ser desenvolvidas além dos limites físicos dos serviços de saúde, ou seja, nos espaços sociais, tais como escolas, clubes, associações entre outros. Também devem ter maior abrangência no que tange ao público alvo, sendo este composto por homens, mulheres, adolescentes, adultos ou idosos, considerando as necessidades e singularidades dos mesmos para promover uma cultura de responsabilidade reprodutiva compartilhada, segura e saudável.

REFERÊNCIAS

1. Ministério da Saúde (BR). Programa de Assistência Integral à Saúde da Mulher. Bases de ação programática. Brasília (DF); 1984.
2. Pereira AL. Ações educativas em contracepção: Teoria e Prática dos Profissionais de Saúde. [Tese] Rio de Janeiro (RJ): Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro; 2008.
3. Brasil. Presidência da República, Subchefia para Assuntos Jurídicos. Lei nº 9605 de 12 de fevereiro de 1998. Dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente, e dá outras providências [Internet]. Brasília, DF; 1998. [citado em 2014 jun. 9]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9605.htm
4. Alves GG, Aerts D. As práticas educativas em saúde e a Estratégia Saúde da Família. *Ciência saúde coletiva*. [Internet]. 2011 Jan [citado 2014 Jul. 12]; 16(1):319-25. Disponível em: http://www.scielo.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81232011000100034&lng=en.
5. Ministério da Saúde (BR). Secretaria Executiva do Sistema Único de Saúde (SUS): princípios e conquistas. - Brasília: Ministério Saúde, 2000. 44p.il.
6. Brasil. Lei Ordinária nº 9263. Regula o parágrafo 7º do Artigo 226 da Constituição Federal, que trata do planejamento familiar, estabelece penalidades e dá outras providências [Internet]. Diário Oficial da União, 9263, (Jan 12 1996). [citado em 2014 jun. 11]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9263.htm
7. Marques DM, Pereira AL. Assistência pautada nos direitos sexuais e reprodutivos: uma condição para promover a saúde da mulher. *Rev Eletr Enf*. [Internet] 2011. [citado em 2014 jul. 23]; 13(3): 449-55. Disponível em: <https://www.revistas.ufg.br/index.php/fen/article/view/9668>.
8. Ministério da Saúde (BR). Secretaria de Políticas de Saúde. Assistência em Planejamento Familiar: Manual Técnico. 4. Edição. Brasília, 2002. 152p.
9. Mandú ENT. Trajetória assistencial no âmbito da saúde reprodutiva e sexual: Brasil, século XX. *Rev Latino-Am Enfermagem*. [Internet]. 2002 Jun. [citado em 2014 Ago 4]; 10(3):358-71. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010411692002000300010&lng=en.
10. Ministério da Saúde (BR). Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Saúde sexual e saúde reprodutiva / Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Atenção Básica. - Brasília : Ministério da Saúde, 2010. 300p.
11. Afonso RR, Lemos A. Adesão nos grupos educativos em contracepção em uma área programática do Rio de Janeiro. *Revista de Enfermagem do Centro Oeste Mineiro*. [Internet]. 2011. [citado em 2014 Jul. 4]; 1(2):238-47. Disponível em: <http://www.seer.ufsj.edu.br/index.php/recom/article/viewArticle/64>
12. Oliveira EM. Direitos humanos e sexualidade – os desafios para o desocultamento da sexualidade. In. *Autonomia econômica e empoderamento da mulher: textos acadêmicos*. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2011. 43-52.
13. Sampaio RF, Mancini MC. Estudos de revisão sistemática: um guia para síntese criteriosa da evidência científica. *Rev bras fisioter*. [Internet]. 2007 Fev [citado 2014 Jul. 12]; 11(1):83-9. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-3552007000100013&lng=en.
14. Pompeo DA, Rossi LA, Galvão CM. Revisão integrativa: etapa inicial do processo de validação de diagnóstico de enfermagem. *Acta paul enferm*. [Internet]. 2009 [citado em 2014 Ago. 02]; 22(4):434-38. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-21002009000400014&lng=en.
15. Souza MT, Silva MD, Carvalho R. Revisão integrativa: o que é e como fazer. *Rev Einstein*. [Internet]. 2010 [citado em 2014 Mai 29]; 8(1):102-6. Disponível em: http://www.astresmetodologias.com/material/O_que_e_RIL.pdf
16. Melnyk BM, Fineout-Overholt TE. Evidence-based practice in nursing & healthcare: a guide to Best practice. 2nd ed. Philadelphia: Wolters Kluwer Health/ Williams & Wilkins; 2011.
17. Mendes KDS, Silveira RCCP, Galvão CM. Revisão integrativa: método de pesquisa para incorporação de evidências na saúde e na enfermagem. *Texto & contexto Enferm*. [Internet]. 2008 Otu-Dez [citado em 2014 Jun. 10]; 17(4):758-64. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/tce/v17n4/18.pdf>.
18. Da conceição Andrade E, Da silva LR. Planejamento familiar: uma questão de escolha. *Revista Eletrônica de Enfermagem*. [Internet] 2009 [citado em 10 Jul. 2014]; 11(1):85-93. Disponível em: http://www.fen.ufg.br/fen_revista/v11/n1/pdf/v11n1a11.pdf.
19. Ministério da Saúde (BR). Assistência integral à saúde da mulher. Bases para uma prática educativa. Documento preliminar. Brasília, out. 1983.
20. Ministério da Saúde (BR). Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Mulher: princípios e diretrizes. Brasília (DF): Ministério da Saúde; 2004.
21. Casarin ST, De Siqueira HC. Planejamento familiar e os direitos reprodutivos: a produção científica da enfermagem. *Journal of Nursing UFPE*. [Internet]. 2011. [citado em 2014 Jun. 14]; 4(1):350-59.
22. Marques DM, Pereira AL. Assistência pautada nos direitos sexuais e reprodutivos: uma condição para promover a saúde da mulher. *Revista Eletrônica de Enfermagem*. [Internet], 2011. [citado em 2014 Jul. 16]; 13(3):449-55. Disponível em: <https://www.revistas.ufg.br/index.php/fen/article/view/9668>.
23. Costa AM, Guilhem D, Silver LD. Planejamento familiar: a autonomia das mulheres sob questão. *Rev Bras Saude Mater. Infant* [Internet]. 2006 [citado em 2014 Jun.27]; 46(1):75-84. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbsmi/v6n1/a09v6n1.pdf>.
24. Dutra A, Lemos A. A participação masculina em grupos educativos de contracepção: o olhar da enfermagem. *Revista de Pesquisa: Cuidado é Fundamental Online*. [Internet]; 2009 ago-dez. [citado em 2014 jul.22]; 1(2):345-56. Disponível em: <http://www.seer.unirio.br/index.php/cuidadofundamental/article/view/395>.
25. Murta SG et al. Direitos sexuais e reprodutivos na escola: avaliação qualitativa de um estudo piloto. *Psic Teor e Pesq*. [Internet]. 2012. [citado em 2014 ago.13]; 28(3):335-44. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-37722012000300009&lng=en&nrm=iso.
26. Murta SG et al. Programa de habilidades interpessoais e direitos sexuais e reprodutivos para adolescentes: um relato de experiência. *Psico-USF*. [Internet]. 2012, [citado em 2014 ago.3]; 17(1):21-32. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S141382712012000100004&lng=en&nrm=iso.
27. Bastos S, Bonfim J, Kalckmann S, Figueiredo R & Fernandes M. (2009). Prevenção de doenças sexualmente transmissíveis e procura da contracepção de emergência em farmácias e drogarias do município de São Paulo. *Saúde E Sociedade*. [Internet] [citado em 2014 ago.3], 18(4):787-99. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-12902009000400021>.
28. Souza KV, Tyrrell MAR. Os fatos & atos relacionados ao (difícil) exercício dos direitos sexuais e reprodutivos: em recortes, o processo de viver de um grupo de mulheres de classes populares. *Texto Contexto - Enferm*. [Internet]. 2007 Mar [citado em 2014 Aug 10]; 16(1):47-54. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010407072007000100006&lng=en.
29. Bastiani JJAN, Padilha MICS. Experiência dos Agentes Comunitários de Saúde em Doenças Sexualmente Transmissíveis. *Rev. bras. enferm*. [Internet]. 2007 Abr [citado em 2014 Ago.03]; 60(2):233-236. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-71672007000200021&lng=en.
30. Marques SC, Tyrrell MAR, Oliveira DC. As práticas educativas na prevenção do HIV/AIDS das usuárias da rede básica de saúde do Rio de Janeiro/Brasil. *Rev Min Enferm*. [Internet] 2013 jul/set; [citado em 2014 jul. 24]; 17(3):538-546. Disponível em: <http://www.dx.doi.org/10.5935/1415-2762.20130040>.
31. Amorim PKKA, Castro LO, Pereira W. Enfermagem e educação em saúde na atenção básica: uma experiência no bairro de Mãe Luíza, Natal-RN. *Rev Pesqui Cuid Fundam*. [Internet] 2012 [citado em 2014 24 jul.]; 4(4): 2806-15. Disponível em: http://www.seer.unirio.br/index.php/cuidadofundamental/article/view/1603/pdf_622.
32. Pereira QLC, Silva CBDCA, Pelzer MT, Lunardi VL, Siqueira HCH. Texto Contexto Enferm, [Internet] Florianópolis, 2007 Abr-Jun; [citado em 2014 jul.26]; 16(2):320-5. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/tce/v16n2/a16v16n2.pdf>

Recebido em: 13/01/2015
Revisões requeridas: 17/09/2015
Aprovado em: 10/03/2016
Publicado em: 15/07/2016

Autor correspondente:
Rua Marechal Setembrino de Carvalho, nº 207,
apto 201. Ladeira.
Juiz de Fora - MG. Brasil.
CEP: 36052-550